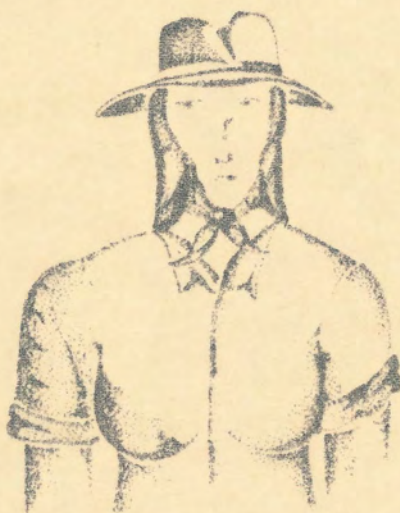


CARMINDA CAVACO

A

MULHER NA AGRICULTURA

PORTUGUESA



ESTUDOS DE GEOGRAFIA
HUMANA E REGIONAL

B 4

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

I. N. I. C.

1981

A MULHER NA AGRICULTURA
PORTUGUESA

Comunicação apresentada por

CARMINDA CAVACO

Seminário Internacional sobre as
Agriculturas da Europa Mediterrâ
nea: os Homens e o Trabalho.

Madrid, 12 e 13 de Maio de 1981

Nos países em vias de desenvolvimento, a expansão do emprego secundário e terciário conduz a acentuada redução dos activos na agricultura e a alterações na sua composição etária e por sexos: envelhecimento e feminização. Estas tendências são ainda mais vincadas se ao êxodo agrícola desencadeado pela atracção de empregos não agrícolas regulares e melhor remunerados do respectivo espaço nacional se adicionarem correntes com destino ao estrangeiro, como ocorreu nos anos 50 e 60 em muitos países mediterrâneos. A projecção espacial da evolução do emprego do sector agrícola depende das assimetrias regionais, fundiárias e do desenvolvimento global: por exemplo, em Itália verificou-se, a par do envelhecimento e da feminização da agricultura (esta acentua-se ao mesmo tempo que aquele), a meridionalização do emprego agrícola, global e feminino, por a população do sul continuar a aumentar, por faltarem outros empregos e por os que existem serem desempenhados preferentemente pelos homens que não emigraram⁽¹⁾. Em que medida ocorreram em Portugal fenómenos semelhantes é o que nos propomos analisar, recorrendo à informação dos Recenseamentos de População de 1950, 1960 e 1970 e à do Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, de 1968.

1. Evolução recente da população activa agrícola global

Nos meados do século, a agricultura portuguesa retinha um pouco mais de metade da população activa nacional. Num total de 2 304 174 activos masculinos, cabiam à agricultura 1 171 346: o seu número mantivera-se relativamente estável ao longo do século, enquanto se registara um acréscimo

(1) Corrado BARBERIS, "La femme dans l'agriculture italienne", *Études Rurales*, nº 10, 1963, pp. 50-67; e "Le modèle italien de l'exode agricole", *Études Rurales*, nº 21, 1966, pp. 81-97.

constante da população activa não agrícola, alimentado grandemente pelo êxo do agrícola. De 1950 a 1960 prosseguiu a estabilidade da população activa agrícola masculina, que todavia perdeu posição no conjunto da população activa masculina, tendo descido a 47 p. 100. Entretanto, iniciava-se a redução dos activos agrícolas, através da diminuição dos seus elementos femininos. Com efeito, a população activa agrícola dos dois sexos desceu de 1 410 135 em 1950 a 1 291 556 em 1960 e a 886 075 em 1970; os elementos masculinos passaram de 1 175 025 a 1 187 411 e a 719 340 e os femininos, de 235 110 a 104 145 e a 167 605. O emprego feminino agrícola representava 16 p. 100 do emprego do sector em 1950, 8,1 p. 100 em 1960 e 18,9 p. 100 em 1970 mas 33,5 p. 100, 17,8 p. 100 e 21,2 p. 100 do emprego feminino total, respectivamente. A redução da população activa agrícola no decênio 1960-70 não resultou apenas da mobilidade intersectorial (o aumento da população activa não agrícola correspondeu apenas a 1/4 das perdas do sector agrícola) mas derivou sobretudo da emigração, sempre selectiva, que deixou na agricultura uma população activa ainda elevada (33 p. 100), em comparação com países industrializados, embora residual, com muitos elementos femininos e de idade avançada⁽¹⁾.

Num período de relativa estagnação do emprego agrícola, toda a inovação técnica dispensando mão-de-obra e toda a redução da intensidade e da área de cultivo conduzem à diminuição dos efectivos femininos, como parece ter ocorrido nos anos 50: mantiveram-se, entretanto, os activos masculinos e aumentou o emprego masculino não agrícola (+ 19 p. 100). Pelo contrário, num período de alguma expansão económica, de prolongada retenção dos jovens pelo serviço militar e de amplas possibilidades de emigração é, naturalmente, mobilizada a reserva de mão-de-obra agrícola feminina, no quadro das explorações familiares e também no das patronais, onde aliás beneficiava da preferência assente no menor nível dos seus salários. Assim parece ter sucedido nos anos 60, quando a população activa agrícola feminina aumentou 60,9 p. 100, enquanto a população activa agrícola total diminuiu 31,4 p. 100 e a população activa agrícola masculina teve uma redução de 39,4 p. 100. Se bem que a população activa agrícola feminina não tivesse alcançado em 1970 os valores dos meados do século, a feminização da agricultura portuguesa ultrapassou a verificada em 1950. A sex-ratio, calculada pe

(1) Vide E. de CASTRO CALDAS, *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, CEEA, Oeiras, 1978.

la razão entre Mulheres e Homens e em percentagem, passou pois de 20 p.100 em 1950 a 8,8 p. 100 em 1960 e a 23,2 p. 100 em 1970. Isto não significa que não tenha havido alguma diversificação do emprego feminino: a população activa feminina foi computada em 700 936 em 1950 e em 789 400 em 1970 (584 240 em 1960), enquanto o emprego feminino agrícola descera de 33,5 p. 100 em 1950 para 21,2 p. 100 em 1970, como já referimos. Mas a agricultura tendeu a figurar, em termos de emprego, como uma actividade residual, onde se afirmava o trabalho feminino em relação ao masculino e onde permaneceram as mulheres que, por razões diversas, não tiveram oportunidade de se dedicar a outras actividades, como parece confirmar a evolução da população activa agrícola por distritos.

2. Evolução recente da população activa agrícola, por distritos

No quadro I verifica-se que, no decênio 1950-60, a população activa agrícola se reduziu em todos os distritos, com excepção de Bragança e Vila Real, os mais periféricos e por isso menos atraídos pelos empregos distantes, da fachada atlântica do país e, sobretudo, da região de Lisboa. No decênio seguinte as reduções estenderam-se também a estes distritos mas o de Viana do Castelo registou um ligeiro aumento. Confrontando as variações dos dois períodos intercensitários, verifica-se que mesmo os distritos de menor redução dos seus efectivos agrícolas (Castelo Branco, Leiria, Viseu, Viana do Castelo, Beja, Guarda e Faro) durante o primeiro período em análise, registaram em seguida perdas consideráveis, que envolveram 1/3 ou mais dos trabalhadores do sector, com excepção de Viseu (- 27,3 p. 100). O balanço dos dois decênios foi, todavia, sempre negativo e as diminuições ultrapassaram 40 p. 100 dos efectivos de 1950 nos de Beja, Évora, Faro, Guarda, Lisboa, Portalegre, Porto e Setúbal: os valores máximos, de Setúbal, Faro e Lisboa, sugerem importante desvio da força de trabalho agrícola para actividades secundárias de recrutamento indiferenciado em termos profissionais, designadamente a construção civil; os outros valores elevados correspondem a distritos de importante êxodo interno (Beja, Évora, Portalegre) e emigração (Guarda). A pequena redução verificada em Viana do Castelo e os valores relativamente moderados de Braga e de Viseu, sugerem que as partidas nestes distritos abrangeram essencialmente os estratos mais jovens da sua população potencialmente activa, que eram numerosos pela elevada natalidade.

QUADRO I

Distritos	Variação da população activa agrícola (%)			Variação da população activa agrícola feminina (%)		
	1950-60	1960-70	1950-70	1950-60	1960-70	1950-70
Aveiro	- 15,4	- 26,7	- 38,1	- 80,7	+ 63,9	- 68,3
Beja	- 7,4	- 37,2	- 41,8	- 48,0	- 37,5	- 67,5
Braga	- 11,3	- 20,1	- 29,2	- 42,5	+ 88,2	+ 8,3
Bragança	+ 13,1	- 37,9	- 29,8	- 52,4	+ 9,5	- 47,9
Castelo Branco	- 2,0	- 34,1	- 35,4	- 68,7	+ 83,5	- 42,5
Coimbra	- 11,7	- 31,2	- 39,3	- 69,0	+ 112,1	- 31,2
Évora	- 10,2	- 34,7	- 40,1	- 70,3	+ 109,5	- 37,8
Faro	- 9,6	- 44,4	- 49,7	- 68,4	+ 57,8	- 50,1
Guarda	- 8,1	- 37,9	- 42,9	- 55,1	+ 62,3	- 27,1
Leiria	- 2,6	- 35,6	- 37,3	- 68,2	+ 66,3	- 47,1
Lisboa	- 15,1	- 40,4	- 49,3	- 72,9	- 3,0	- 73,4
Portalegre	- 13,9	- 32,2	- 42,5	- 70,9	+ 85,9	- 44,1
Porto	- 18,2	- 34,4	- 46,4	- 49,3	+ 43,3	- 27,4
Santarém	- 16,4	- 15,3	- 29,2	- 68,9	+ 21,0	- 57,7
Setúbal	- 12,0	- 48,9	- 55,0	- 60,7	+ 35,9	- 46,7
Viana do Castelo	- 5,6	+ 1,2	- 4,5	- 17,9	- 44,7	- 54,6
Vila Real	+ 5,6	- 37,8	- 34,3	- 46,6	+ 94,2	+ 3,7
Viseu	- 2,9	- 27,3	- 29,4	- 44,6	+ 137,4	+ 31,5
<u>Continente</u>	- 8,4	- 31,4	- 37,2	- 55,7	+ 60,9	- 28,7

No que respeita à população activa agrícola feminina, verifica-se que, no decénio 1950-60, a sua variação foi negativa em todos os distritos e mais elevada nos de Aveiro, Lisboa, Portalegre, Évora, Coimbra, Santarém, Castelo Branco, Faro e Leiria, de desenvolvimento urbano e industrial e de progressiva mecanização da sua agricultura tradicional. Os aumentos dos rendimentos familiares terão permitido subtrair os elementos femininos mais jovens ao duro trabalho dos campos, ao mesmo tempo que a expansão das cidades dilatava o mercado de trabalho doméstico (criadas e mulheres a dias) e que a difusão da máquina reduzia o recrutamento sazonal de mulheres, designadamente na ceifa. As diminuições foram inferiores à média do Continente no distrito de Beja, onde persistiam as mondas manuais do trigo e de onde, no Verão, começaram a partir contingentes com destino à apanha dos frutos secos do Baixo Algarve; e nos de Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, de explorações a tempo parcial de operários-camponeses largamente trabalhadas pelas mulheres e de precoce emigração masculina para a Europa, legal e clandestina, continuando o trabalho da exploração familiar abandonada transitoriamente pelo seu chefe, a ser assegurado, total ou em parte, pelas respectivas esposas. No decénio seguinte, quando se acelerou a redução da população agrícola, a feminina registou aumentos consideráveis em muitos distritos, designadamente Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Portalegre, Vila Real e Viseu, onde substituiu os activos masculinos afastados do sector pela emigração, pelo serviço militar, pelos estaleiros da construção civil e obras públicas, etc. Alguns outros distritos conheceram reduções da população agrícola feminina, prolongando as do decénio anterior mas com menor intensidade no de Beja, e sobretudo no de Lisboa, ou pelo contrário, acelerando-as, como no de Viana do Castelo: trabalhadoras assalariadas e eventuais, dispensadas das suas tarefas ocasionais pela mecanização (ceifa), pela simplificação dos trabalhos de cultivo (monda) quando os salários sobem e os horários de trabalho se encurtam (8 horas), e ainda pela extensificação do sistema agrícola e alargamento dos pousios e incultos, nas áreas mais marginais. Deve ser este o caso de Beja e em certa medida também o de Lisboa, apesar do seu sistema agrícola ser muito mais intensivo: retirada familiar de antigas explorações patronais; outras facilidades de emprego das raparigas rurais, cada vez mais instruídas; elevação das remunerações não agrícolas, dispensando a labuta da mulher nos campos e valorizando o seu trabalho doméstico. O balanço dos dois decénios apenas é positivo nos distritos de Braga, Vila Real e

Viseu, muito marcados pela emigração durante os anos sessenta. Nos de Coimbra, Évora, Guarda, Porto e Setúbal as reduções são menos significativas do que as da população activa agrícola, parecendo evidenciar o peso que tiveram nestas as saídas dos activos masculinos e a sua substituição parcial por activos femininos. Nos outros distritos a variação da população activa agrícola feminina foi mais acentuada do que a da população activa agrícola total, mas envolveu obviamente contingentes muito menos numerosos. Com efeito, pelo quadro II verificamos que, nestes dois decénios, as mulheres activas na agricultura representavam pequenas parcelas da população activa agrícola distrital, que estas se reduziram consideravelmente ao longo dos anos 50, que em 1960 eram inferiores a 8 p. 100 nos distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarém e que, em 1970, se constatarem aumentos gerais significativos em relação a 1960, e mesmo a 1950 nos de Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Porto, Setúbal e Viana do Castelo. Estes distritos e Beja, Portalegre, Vila Real e Viseu são então os de maior percentagem de mulheres nos seus trabalhadores agrícolas.

O emprego agrícola era, aliás, em muitos distritos o mais acessível à população feminina (quadro III). Em 1950, as mulheres activas na agricultura representavam mais de 50 p. 100 da população activa feminina nos distritos de Beja, Bragança, Évora, Guarda, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, os de economia menos diversificada. Em 1960, as percentagens distritais tinham-se reduzido consideravelmente, com excepção de Viana do Castelo, em correspondência com o emprego agrícola. Em 1970, a agricultura tornou a assegurar mais de 50 p. 100 do emprego feminino nos distritos de Beja, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, uns de agricultura intensiva e englobando pecuária de rendimento, outros de migrações sazonais de trabalhadores agrícolas (Portalegre) e outros de economia quase exclusivamente primária (Beja e também Vila Real e Viseu). Estes distritos eram secundados pelos de Bragança, Évora e Guarda, que com eles constituíam uma vasta área interior de escassa urbanização e industrialização e de reduzidas oportunidades de emprego feminino não agrícola. Inversamente, os menores valores de emprego agrícola no emprego feminino encontravam-se nos distritos da fachada atlântica, de Setúbal ao Porto: assim, em 1970, registavam-se 10,9 p. 100 em Setúbal, 1,2 p. 100 em Lisboa, 17,3 p. 100 em Leiria, 23,7 p. 100 em Aveiro, 6,8 p. 100 no Porto, etc. O distrito de Faro faz parte deste conjunto, pelo menos desde 1960, pela densidade antiga da

QUADRO II

Mulheres activas na agricultura,
em % da população activa agrícola

Distritos	1950	1960	1970
Aveiro	19,4	13,6	26,6
Beja	21,7	7,3	17,1
Braga	21,1	13,6	32,2
Bragança	12,6	5,3	9,3
Castelo Branco	13,2	4,2	11,0
Coimbra	14,7	5,1	16,6
Évora	19,8	6,5	20,9
Faro	9,9	3,4	9,8
Guarda	11,8	5,7	15,0
Leiria	9,6	3,1	8,1
Lisboa	9,8	3,1	5,1
Portalegre	20,6	7,1	19,9
Porto	16,1	9,9	21,8
Santarém	18,6	6,9	11,1
Setúbal	19,2	8,5	22,6
Viana do Castelo	27,7	24,0	49,1
Vila Real	18,0	9,1	14,2
Viseu	17,1	7,8	17,9
<u>Continente</u>	16,7	8,0	18,8

QUADRO III

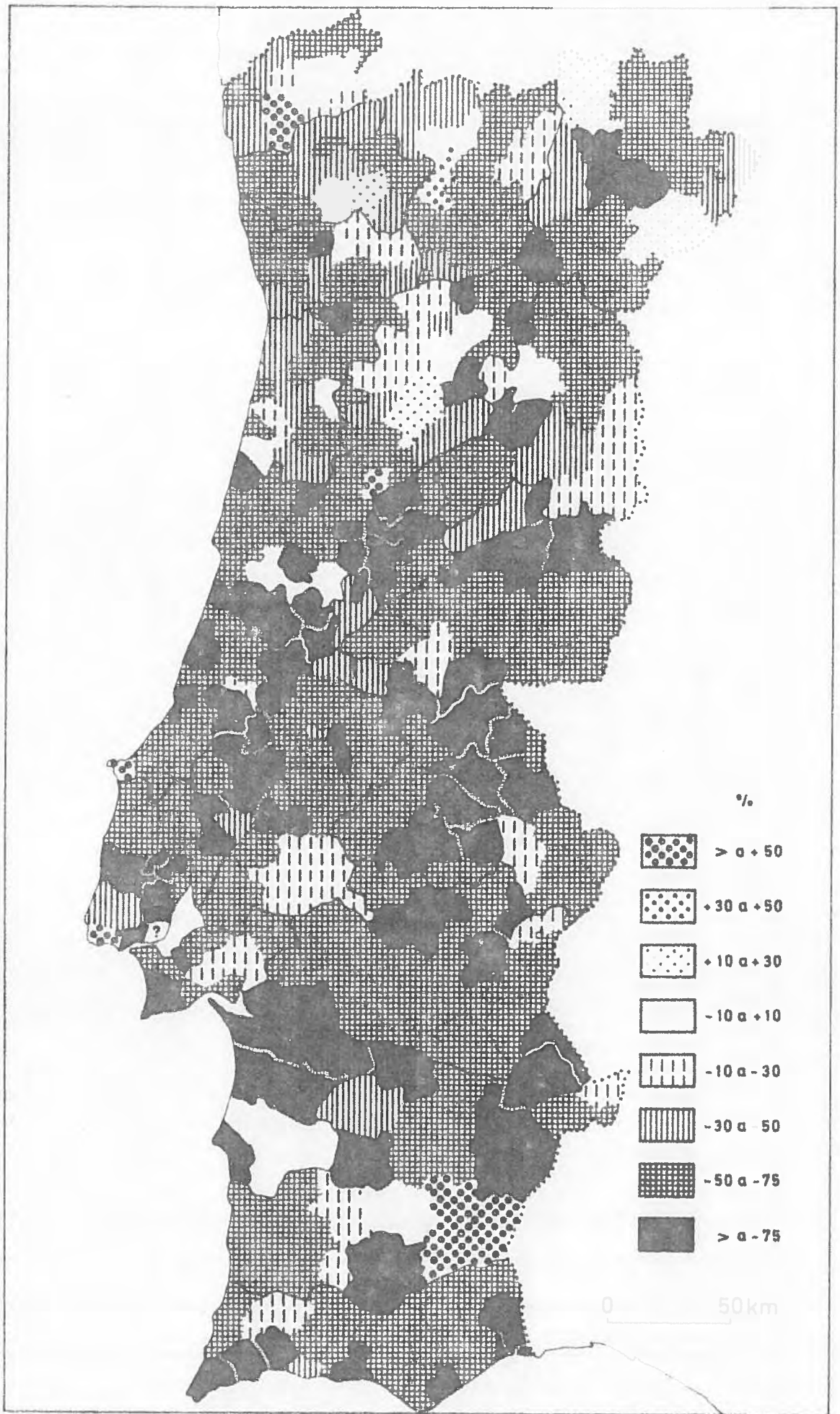
Mulheres activas na agricultura,
em % da população activa feminina

Distritos	1950	1960	1970
Aveiro	37,2	21,6	23,7
Beja	70,5	42,6	54,4
Braga	32,5	23,4	29,3
Bragança	56,3	39,6	45,0
Castelo Branco	43,7	18,5	28,4
Coimbra	39,5	17,3	30,9
Évora	60,9	30,5	44,1
Faro	30,3	11,8	16,7
Guarda	51,0	31,2	42,1
Leiria	35,8	14,3	17,3
Lisboa	6,6	1,6	1,2
Portalegre	62,1	35,3	50,8
Porto	11,9	6,3	6,8
Santarém	58,3	29,8	30,2
Setúbal	32,1	14,9	10,9
Viana do Castelo	62,2	60,4	76,8
Vila Real	60,6	48,7	52,9
Viseu	57,7	45,6	56,3
<u>Continente</u>	33,5	17,8	21,2

sua rede urbana e do correspondente emprego terciário e pela sua expansão moderna, no seguimento das actividades turísticas, que se afirmaram nos anos 60 e 70. Esta situação privilegiada dos distritos costeiros vem pelo menos desde os meados do século, confirma a assimetria tradicional do desenvolvimento do país e a acentuação da mesma nos decénios em análise.

3. Evolução da população agrícola feminina, por concelhos

Na figura 1 expressámos a variação da população activa agrícola feminina, de 1950 a 1960, por concelhos. Sobressaem perdas intensas e quase generalizadas. As perdas maiores, que se estendem em mancha quase contínua pelo Centro e Sul do país, sugerem nuns casos áreas agrícolas muito repressivas (serra da Lousã; maciço calcário estremenho; serra de Portalegre; Alentejo litoral e interior), noutros a concorrência da mecanização, noutros ainda a atracção dos empregos urbanos sobre os elementos mais jovens (Algarve Litoral, concelhos da zona de Lisboa, e Condeixa, Coimbra e Mealhada). As perdas menores registaram-se no Norte do país e localmente foram acompanhadas de aumentos, que sublinham áreas de predomínio esmagador de explorações familiares e sem empregos femininos não agrícolas (distritos de Viana do Castelo e Viseu), concelhos de origem de migrações sazonais, que ajudam a reter as elevadas densidades agrícolas e afastam periodicamente a concorrência dos elementos masculinos, e alguns concelhos de fronteira, onde se começava a fazer sentir a emigração masculina, legal e sobretudo clandestina. No Sul, as diminuições menos intensas sublinham os concelhos de foros (Coruche, Palmela), de agricultura exigente em mão-de-obra feminina (vindima, por exemplo), de alguma pequena agricultura (Ourique, Monchique) e de recrutamento periódico por outras regiões (Mértola). Os casos de Peniche e Cascais, tal como Viseu, Fafe, Guimarães e Ponte de Lima, fazem pensar no desenvolvimento da agricultura a tempo parcial, assegurada por mulheres quando os homens são desviados por outros trabalhos na região (construção civil, pesca, indústrias várias, etc.). Em que medida Santiago do Cacém se inclui neste último grupo, pelo emprego masculino de trabalhadores de residência rural nas suas fábricas corticeiras? E nesse caso, por que não também Grândola? Note-se, porém, que, a esta escala, não se deve atribuir valor indiscutível aos números do recenseamento no que se refere à população agrícola feminina, pois sendo o trabalho agrícola irregular ou o



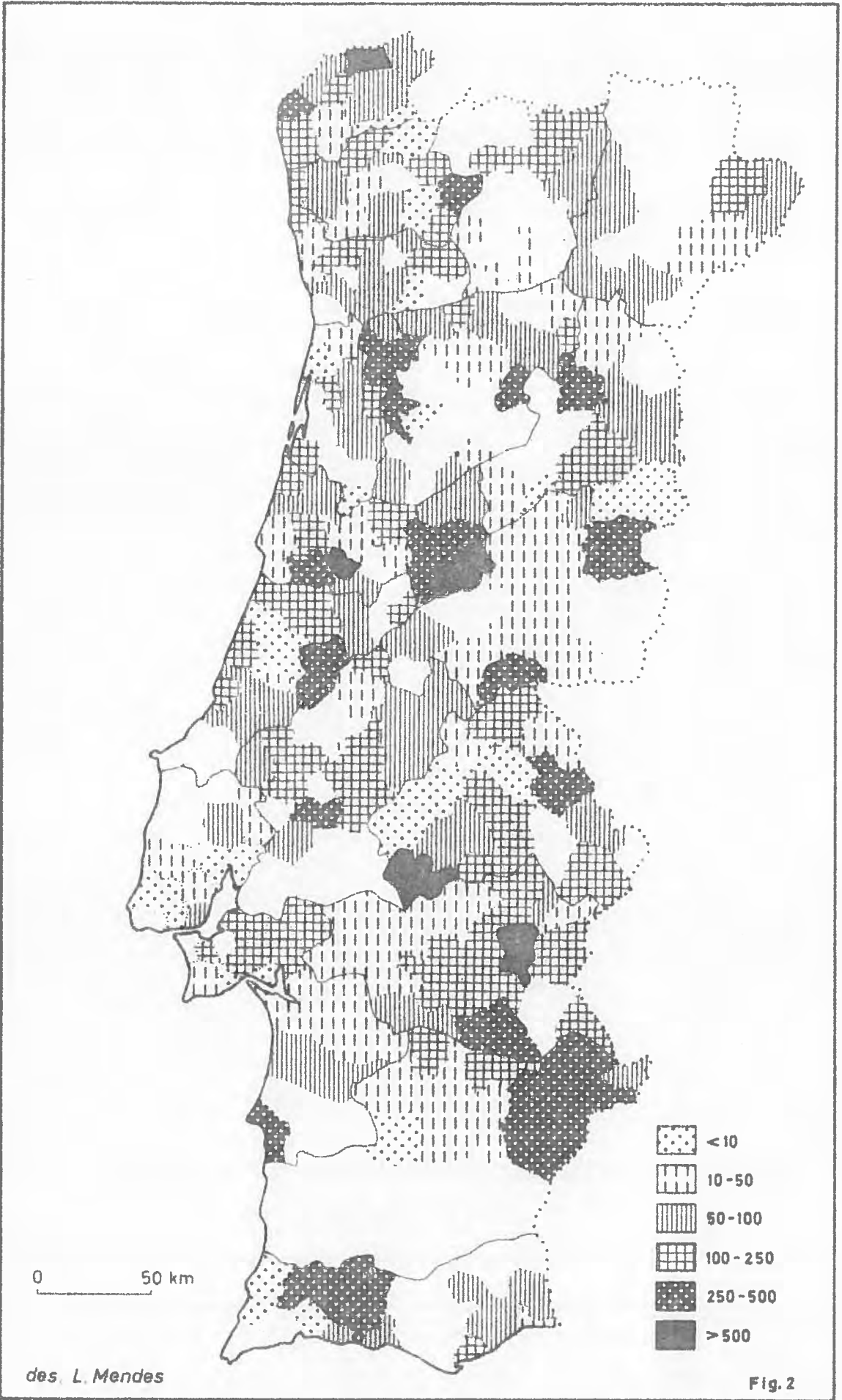
des J. PERES
VARIACÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA FEMININA,
DE 1950 A 1960 (%)

FIG.- 1

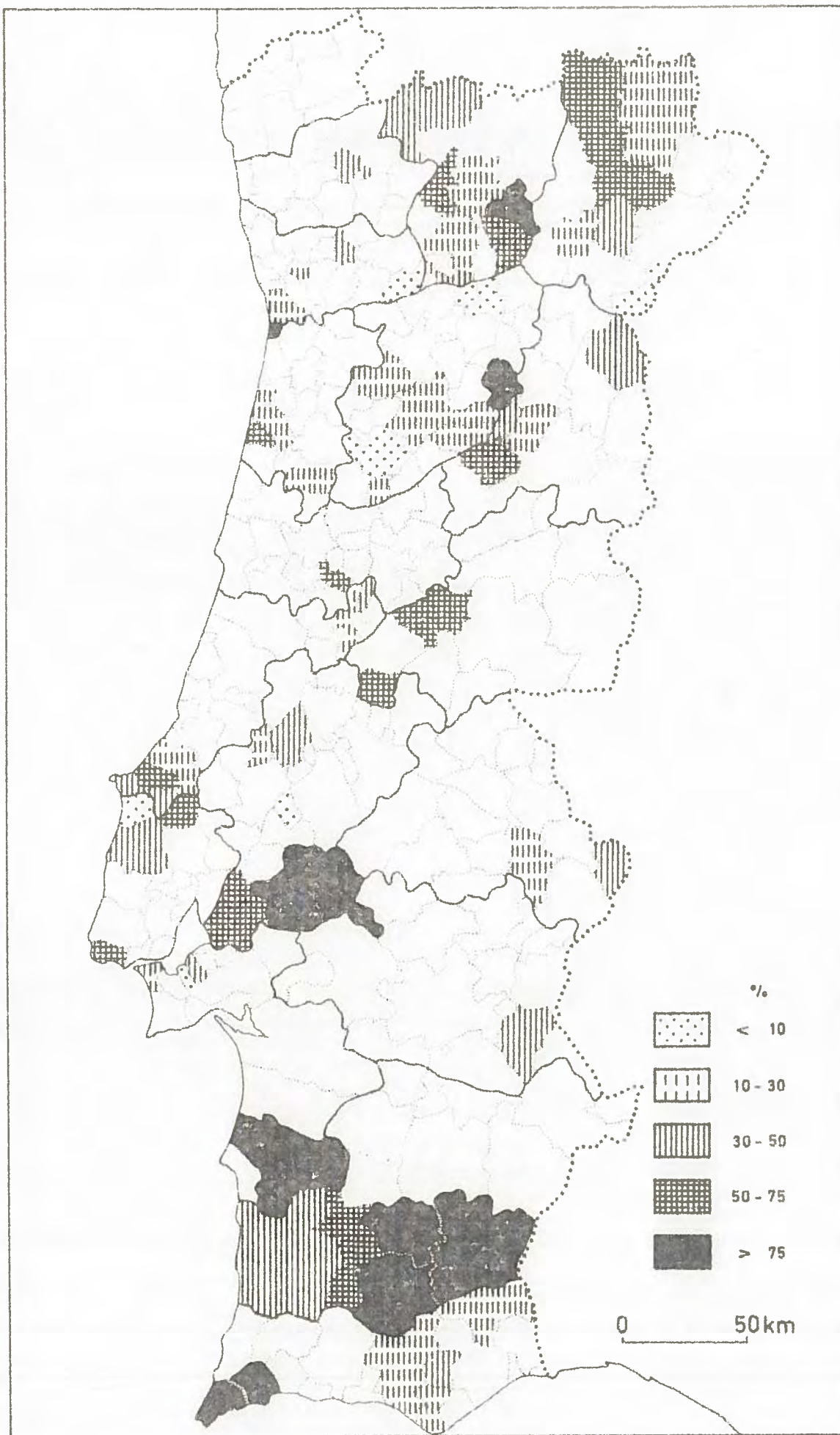
casional haverá tendência para acentuar o número das domésticas, sobretudo numa época de afirmação de contratos prolongados e de fixação de horários de trabalho.

Nas figs. 2 e 3 expressamos a variação da população activa agrícola feminina no decénio 1960-70, também por concelhos. Na fig. 2 estão representados os aumentos. Verifica-se que estes cobrem grande parte do país e localmente são bastante acentuados, tanto em áreas de forte emigração (Alto Minho, Montanhas do Noroeste, periferia sudoeste da Cordilheira Central, etc.), como nas de intensa urbanização ou periféricas a estas (distritos de Aveiro, Leiria e Setúbal, em concelhos de residência de migrantes pendulares e de agricultura a tempo parcial) e nas de origem de migrações sazonais, internas e externas, como em muitos concelhos pobres e povoados do distrito de Santarém (Vila Nova de Ourém, Ferreira do Zêzere) e do Alentejo interior. No distrito de Faro, os aumentos da população activa agrícola feminina marcam os concelhos de recrutamento de trabalhadores da construção civil e da hotelaria (Monchique e Silves) e os de expansão de culturas hortícolas e frutícolas (Portimão, Silves, Lagoa, Olhão, Tavira e Vila Real).

As diminuições da população activa agrícola feminina durante os anos 60, expressas na fig. 3, não apresentam grande continuidade espacial, salvo poucas excepções, o que dificulta a interpretação. Em todo o caso, e tendo sempre presente a pequena credibilidade dos números a esta escala e mudanças de critério no preenchimento das fichas do recenseamento de uns concelhos para outros, parece-nos que são de evidenciar áreas de êxodo de famílias, definitivo ou transitório, para outras regiões do país (Sul do Alentejo) e para o estrangeiro (concelhos dos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu, e talvez também de Leiria e de Santarém), acompanhado da extensificação dos sistemas agrícolas e de menor recrutamento de jornaleiros (Baixo Alentejo e Serra do Caldeirão), e ainda áreas de intenso recrutamento feminino não agrícola (concelhos de Vila do Bispo, Lagos, Faro, Barreiro, Almada, Cascais, Espinho, Vila Nova de Gaia).



Aumentos (%) da população activa agrícola feminina, no decénio 1960-70, por concelhos.



des J.PETES

DIMINUIÇÕES (%) DA POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA FEMININA, NO DECÉNIO 1960-70, POR CONCELHOS

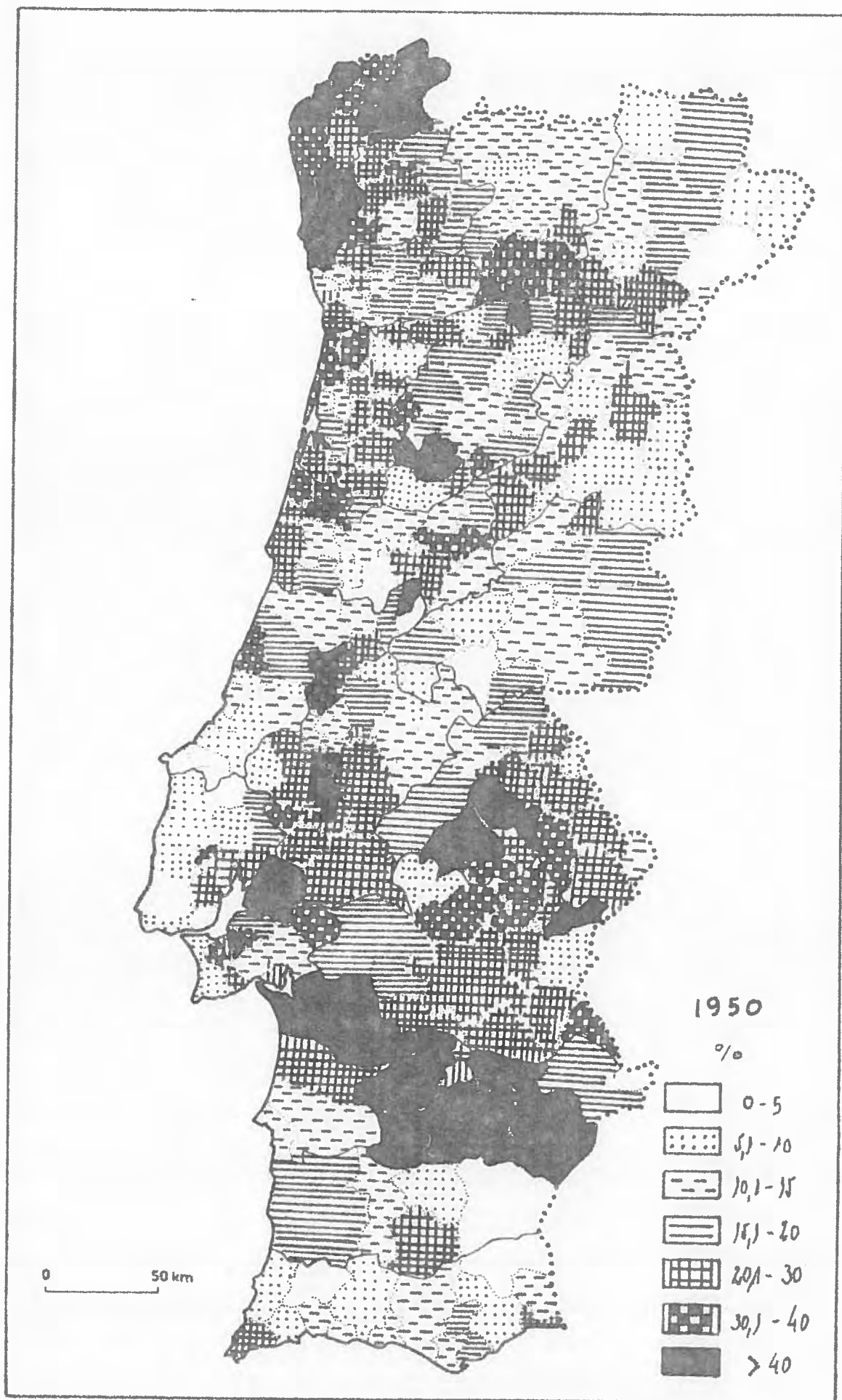
FIG.-3

4. A "feminização" da agricultura, por concelhos ⁽¹⁾

A sex-ratio da população activa feminina (mulheres x 100/homens), por concelhos, também é significativa do grau de feminização da agricultura portuguesa e da sua evolução ao longo dos decênios em análise. Com efeito, em 1950, este indicador (fig. 4) apresenta-se elevado por todo o Noroeste, em áreas de agricultura familiar e intensiva, na região vinhateira do Douro (trabalho assalariado ^{nas vindimas}) e no Sul, na agricultura patronal (distritos de Santarém, Portalegre, Évora, Setúbal e uma parte do distrito de Beja). Os menores valores encontram-se na agricultura familiar pouco intensiva de Trás-os-Montes e Beira Trasmontana, na Beira Baixa, de vastas extensões de solos pobres, pouco valorizados pelo pastoreio de gado miúdo, cuja guarda é confiada a pastores, na Estremadura, de agricultura mais rica e melhor nível económico das famílias agrícolas, com excepção dos concelhos de maior incidência de explorações a tempo parcial (Loures, Vila Franca de Xira, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Azambuja, nos da Outra Banda — Seixal, Moita, Barreiro, Montijo e Alcochete — e ainda no de Setúbal) e no Algarve, nos concelhos marítimos, como Vilado Bispo, Olhão e Vila Real, por os homens trabalharem na pesca, e nos concelhos industriais (Olhão, Vila Real e S. Brás de Alportel, com actividades secundárias masculinas ligadas à conservação do peixe, construção e reparação naval e laboração de cortiça, no último concelho). Os valores elevados dos distritos alentejanos, em contraste com os dos concelhos quase exclusivamente agrícolas do Algarve, sugerem diferenças de critério nas contagens: nos primeiros, de população agrícola trabalhando por conta de outrem, embora como eventual e de recrutamento bastante sazonal, as mulheres terão sido consideradas como activas; nos segundos, de predomínio de explorações familiares, não obstante a participação dos elementos femininos nos trabalhos do campo, designadamente nas sementeiras a rego de fava e ervilha, na apanha destas, na dos frutos secos e em pequenos trabalhos nas hortas, a sua condição de independente, sem horário nem salário, teria levado a se declararem preferentemente como domésticas.

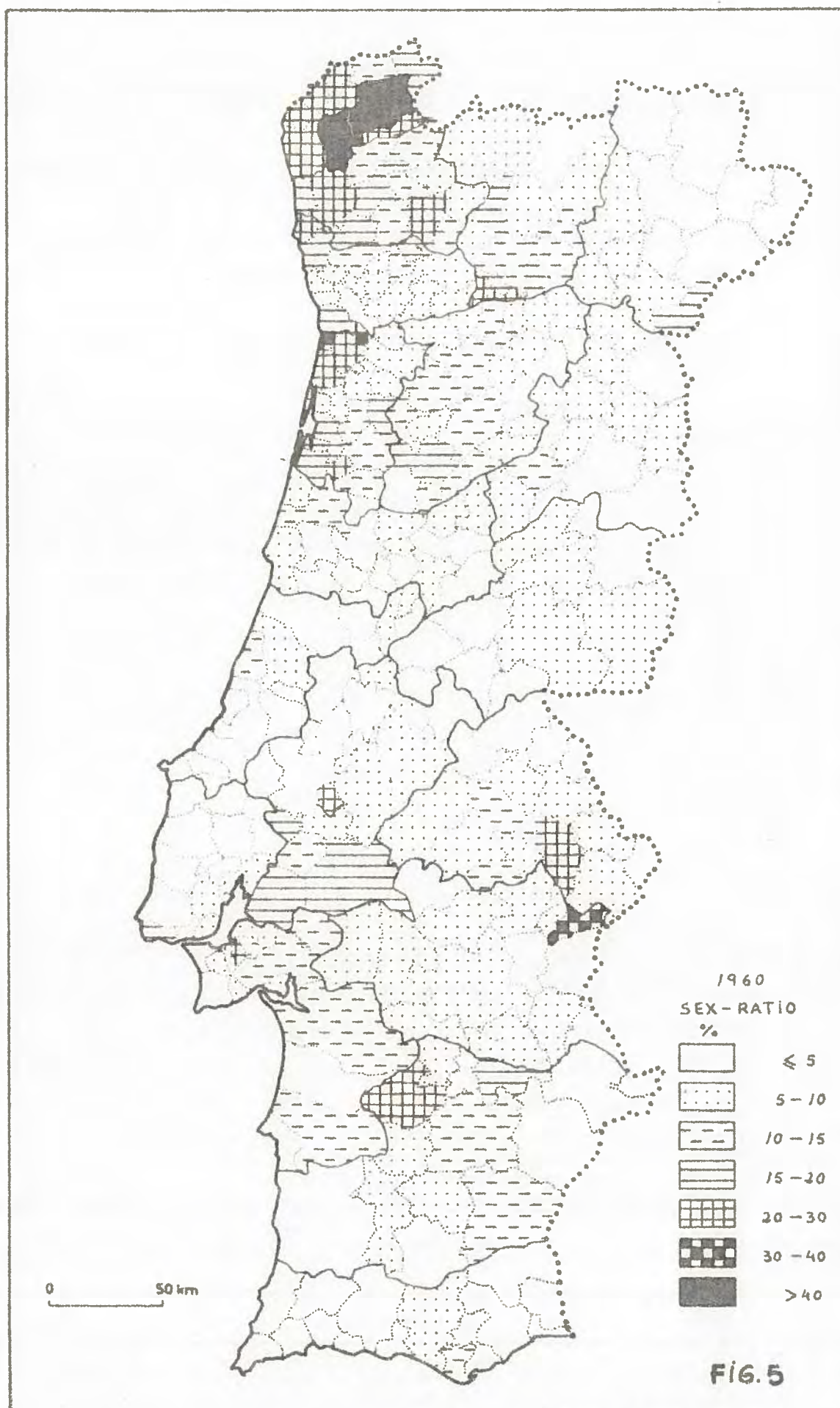
Em 1960, as mulheres pouco figuravam estatisticamente ao lado dos homens, nos trabalhos agrícolas, com excepção do Alto Minho, onde aliás se

(1) Figuras elaboradas por Júlio Araújo, Maria Catarina Melo Ramos e Maria Dolores Piteira.



POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA : MULHERES x 100
HOMENS

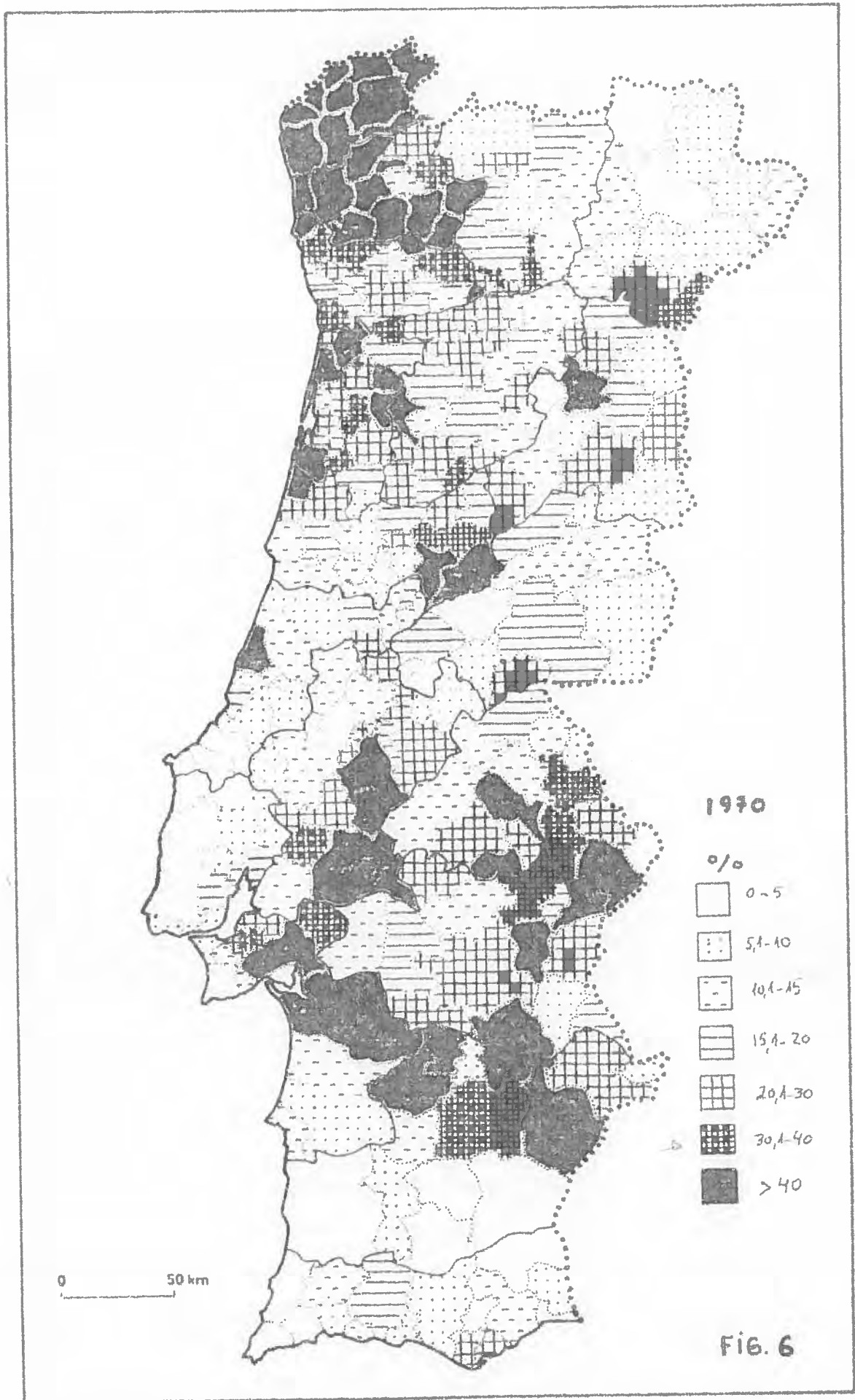
FIG.4



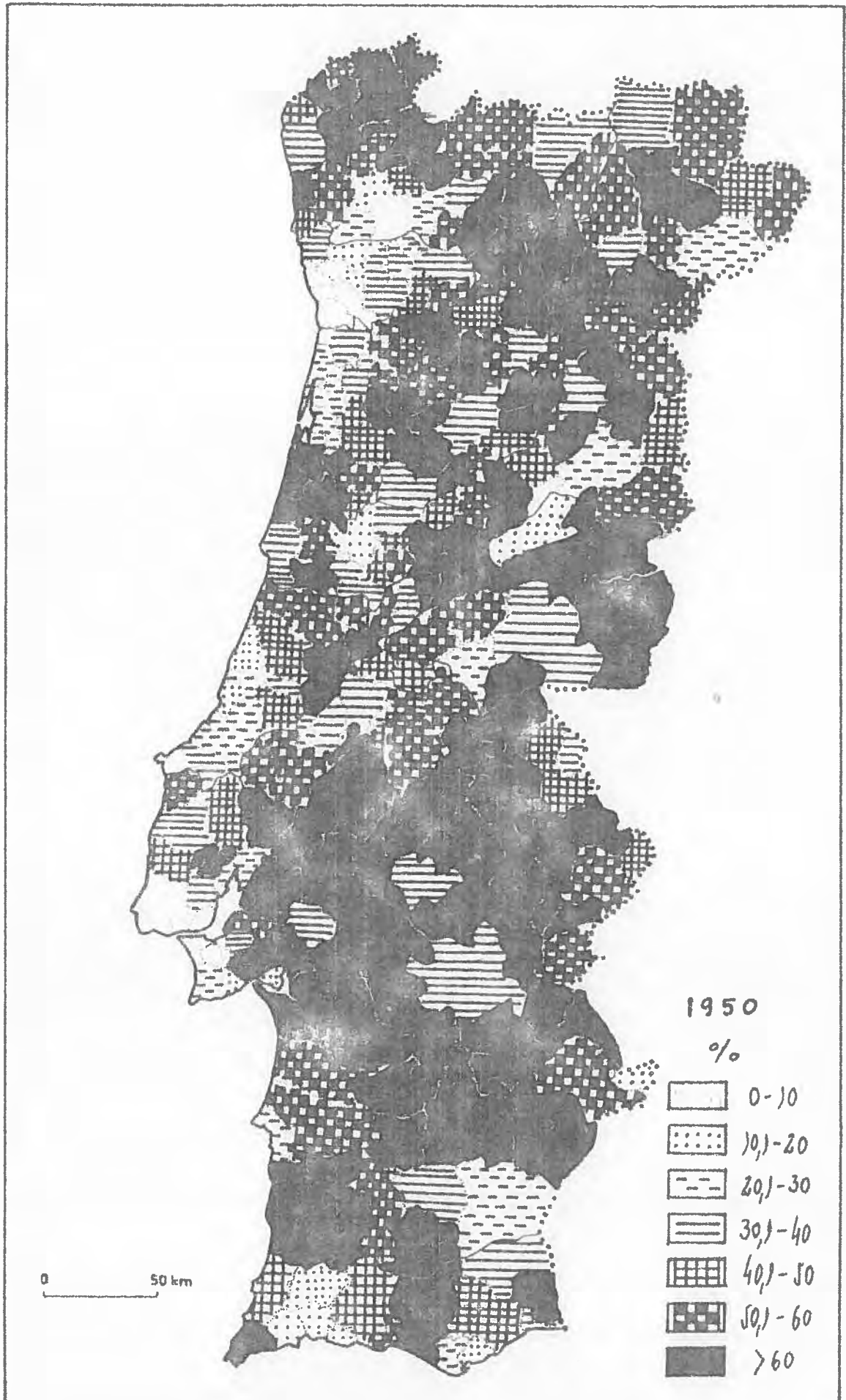
POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA : $\frac{\text{MULHERES} \times 100}{\text{HOMENS}}$

apagaram profissionalmente na maioria dos concelhos; fazem excepção os de Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, onde os homens cedo se deixaram atrair pelos trabalhos da construção civil da região do Porto, da de Lisboa e do Norte de Espanha. A dispersão espacial dos valores mais elevados são em certa medida marca a dos meados do século, o que dificulta a sua compreensão: em todo o caso, a redução muito geral das taxas, relativamente às de dez anos antes, sugere a interferência de critérios diferentes na classificação dos activos na agricultura, designadamente no quadro das explorações familiares e nas áreas de recurso somente ocasional ao trabalho feminino (reserva de força de trabalho apenas mobilizada quando não bastam os trabalhadores masculinos). Em 1970, observaram-se, em relação a 1960, aumentos consideráveis das mulheres activas na agricultura em relação aos homens, reparecendo o Noroeste e o Sul. Nos distritos de Viana do Castelo e de Braga, de intensa emigração e industrialização, a feminização da agricultura acentuou-se em relação aos meados do século. O mesmo ocorreu localmente, no distrito de Aveiro, em concelhos industrializados (Feira, Estarreja, Oliveira de Azeméis) e nos de criação bovina leiteira (Ilhavo, Vagos, Vale de Cambra, Sever do Vouga). Marinha Grande, que de igual modo registou uma maior feminização da sua agricultura, é também um concelho industrial, com operários-camponeses. No Alentejo, o recurso a trabalho feminino deveu-se à escassez de braços masculinos (desviados pela construção civil e obras públicas, pela guerra no Ultramar e pelo recrutamento periódico de migrantes sazonais para trabalhos agrícolas na França e Suíça), e por certo também à diferença habitual das jornas em trabalhos iguais.

Que a população feminina rural constituía uma importante reserva de força de trabalho para a agricultura, confirmam-no as elevadas percentagens concelhias do emprego agrícola relativamente ao emprego feminino global. Assim, em 1950 (fig. 7), o emprego agrícola feminino era largamente predominante por quase todo o país e em vastos conjuntos espaciais ultrapassava 60 p. 100. No distrito de Beja, destacam-se os concelhos de Aljustrel (76 p. 100), Almodôvar (75 p. 100), Alvito (83 p. 100), Ferreira do Alentejo (77 p. 100), Serpa (83 p. 100) e Vidigueira (80 p. 100); no de Évora, os de Arraiolos (78 p. 100), Mourão (84 p. 100) e Portel (81 p. 100); no de Portalegre, os de Alter do Chão (80 p. 100), Avis (76 p. 100), Monforte (75 p. 100) e Sousel (80 p. 100); no de Setúbal, o de Alcácer do Sal (88 p. 100); no de Santarém, os de Alpiarça (83 p. 100), Benavente (83 p. 100), Salvaterra de Magos (79 p. 100) e Vila Nova de Ourém (76 p. 100). Va



POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA : $\frac{\text{MULHERES} \times 100}{\text{HOMENS}}$



POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA FEMININA x 100
POPULAÇÃO ACTIVA FEMININA

FIG.

lores igualmente elevados ocorreram muito raramente em concelhos doutros distritos: Carrazeda de Anciães (75 p. 100), Vila do Bispo (77 p. 100), Celorico da Beira (75 p. 100), Arruda dos Vinhos (85 p. 100), Azambuja (76 p. 100), Sobral de Monte Agraço (82 p. 100), Arcos de Valdevez (78 p. 100), Melgaço (82 p. 100), Paredes de Coura (76 p. 100), Murça (79 p. 100), Armamar (78 p. 100) e Castro Daire (75 p. 100).

Em 1960, mantinham-se as áreas de maiores percentagens mas os valores eram, no geral, mais baixos (fig. 8). As principais clareiras correspondem às regiões de Lisboa e Porto, de emprego feminino diversificado.

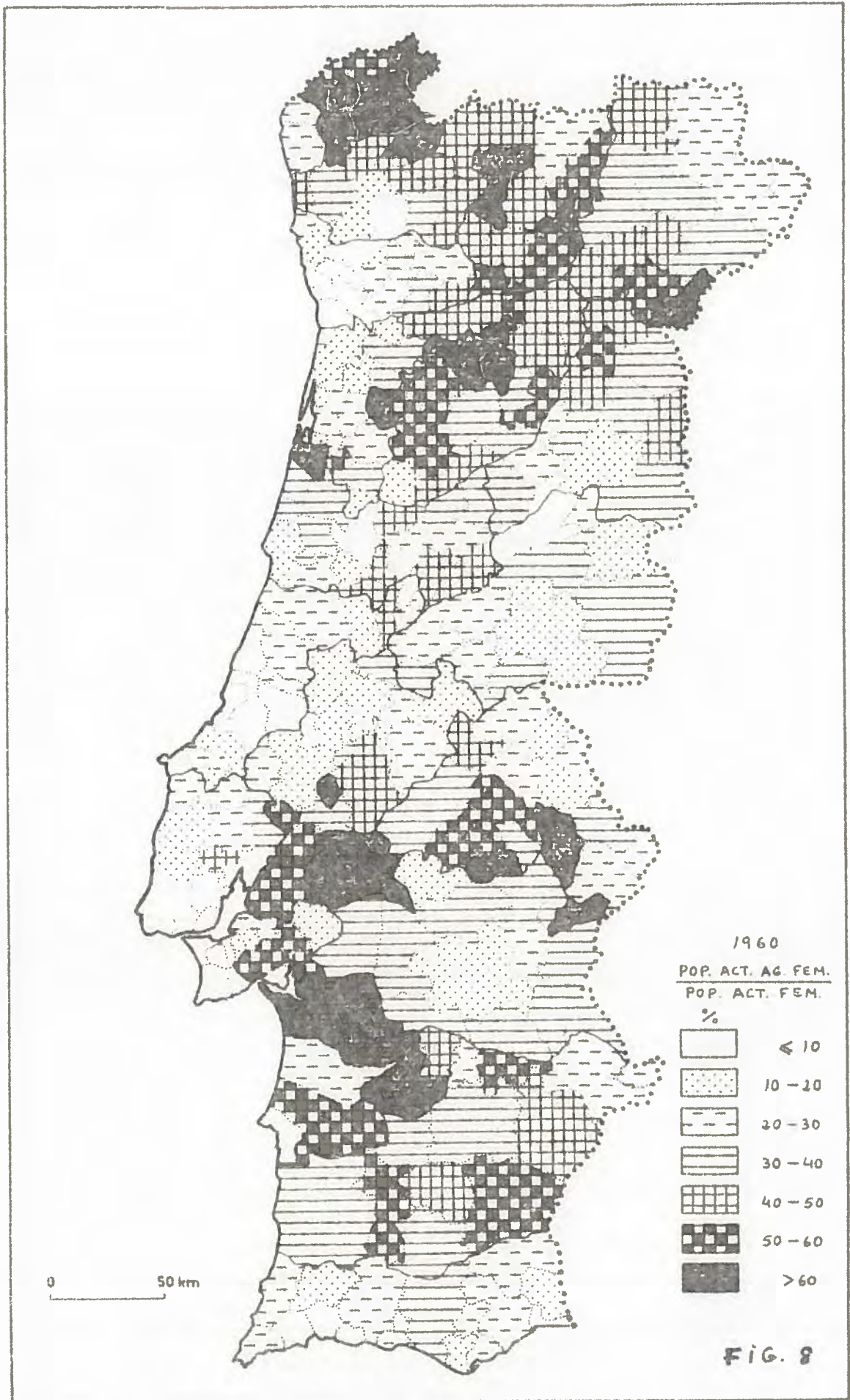
Em 1970, pelo contrário, registam-se aumentos das intensidades do trabalho agrícola feminino entre a população feminina activa e alargamento das manchas de valores altos, sem contudo se alcançar a situação de 1950. De novo, sobressaem as clareiras correspondentes às regiões de Lisboa, Porto e Braga - Guimarães - Vila Nova de Famalicão e os concelhos de Manteigas, Gouveia, Seia e Covilhã, de empregos femininos variados, terciários e secundários (indústria têxtil e de confecções, por exemplo) (fig. 9).

5. A "feminização" das explorações agrícolas, em 1968

Através do Inquérito às Explorações Agrícolas de 1968, podemos apreciar o peso da população feminina ligada à agricultura, independentemente da sua posição perante o trabalho nas mesmas. Nas figs. 10 e 11⁽¹⁾ expressámos, em percentagem, a razão entre as pessoas do sexo feminino e masculino que pertencem ao agregado doméstico do produtor, nas explorações de 20 e mais hectares e de menos de 20 ha, respectivamente: nas primeiras, os valores excepcionalmente baixos, sugestivos de êxodo feminino, não formam grandes conjuntos espaciais, com excepção do Sudoeste do Alentejo, da região de Barrancos, do Algarve Oriental e de alguns concelhos do Norte (Vila Verde, Terras de Bouro e Montalegre; Mondim de Basto, Vila Real e Peso da Régua); nas segundas, de menores recursos, evidenciam-se os conjuntos concelhios de acentuado grau de feminização, principalmente a norte da Cordilheira Central, e sobretudo nos distritos de Viana do Castelo, Aveiro e Viseu, de grande emigração, mas também no distrito de Portalegre (concelhos de Arronches e Campo Maior, de igual modo em evidência na figura anterior).

Análise semelhante das pessoas não pertencentes ao agregado do-

(1) Elaboradas por Júlio Araújo.



POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA FEMININA x 100
 TOTAL DA POPULAÇÃO ACTIVA FEMININA

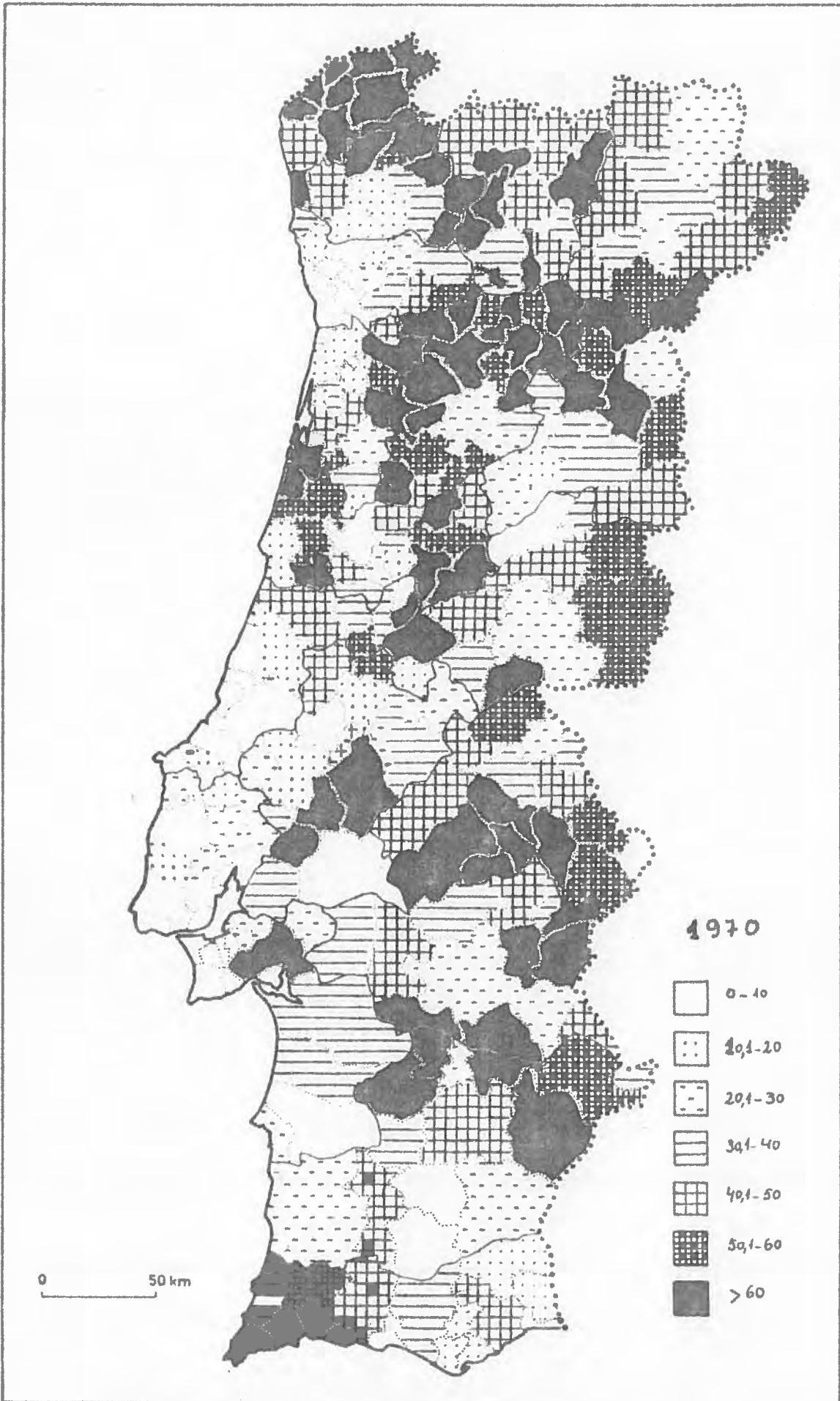


FIG. 9

$\frac{\text{POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA FEMININA}}{\text{POPULAÇÃO ACTIVA FEMININA}} \times 100$

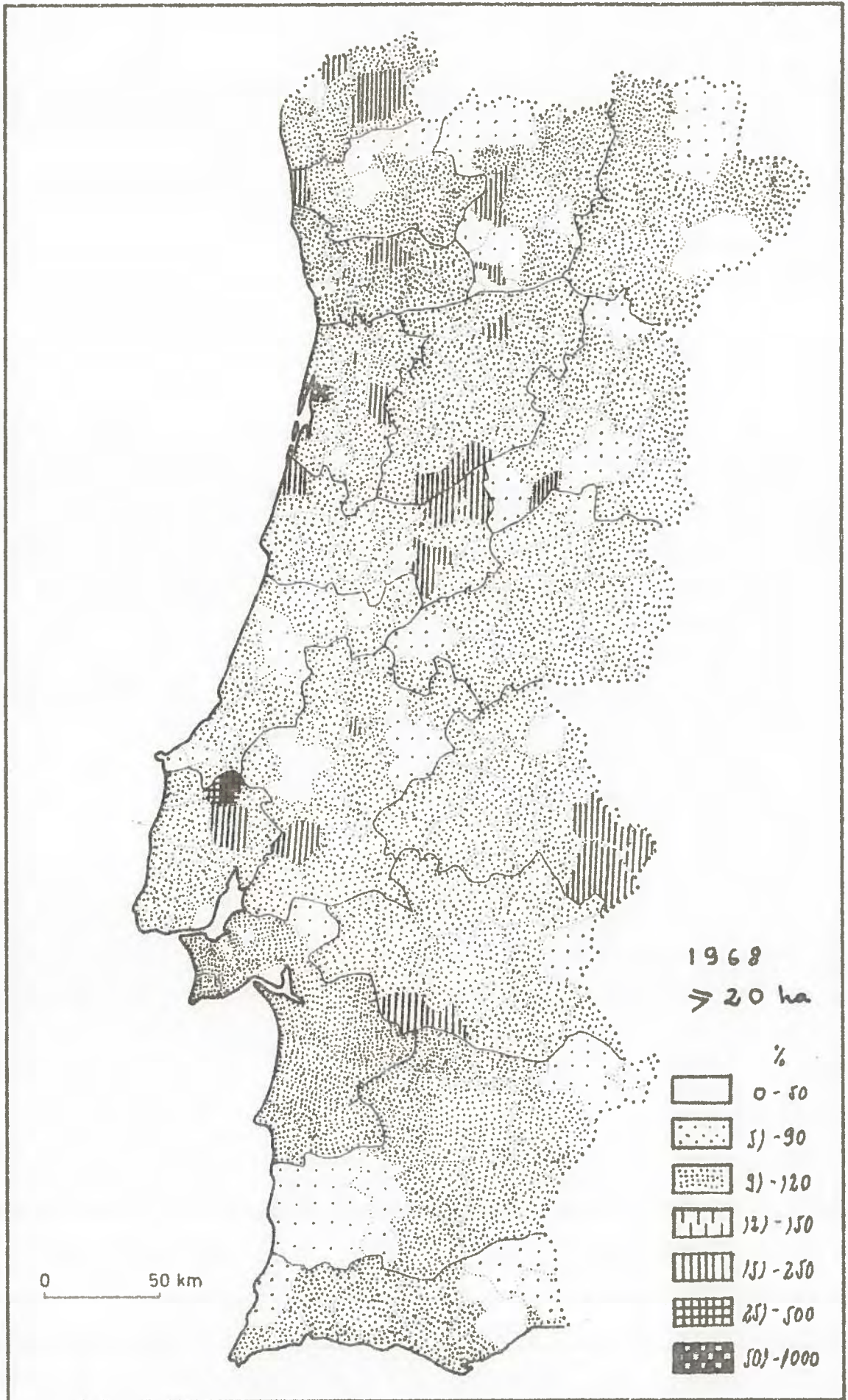


FIG.

PESSOAS DO AGREGADO DOMÉSTICO: $\frac{\text{MULHERES}}{\text{HOMENS}} \times 100$
 DO PRODUTOR

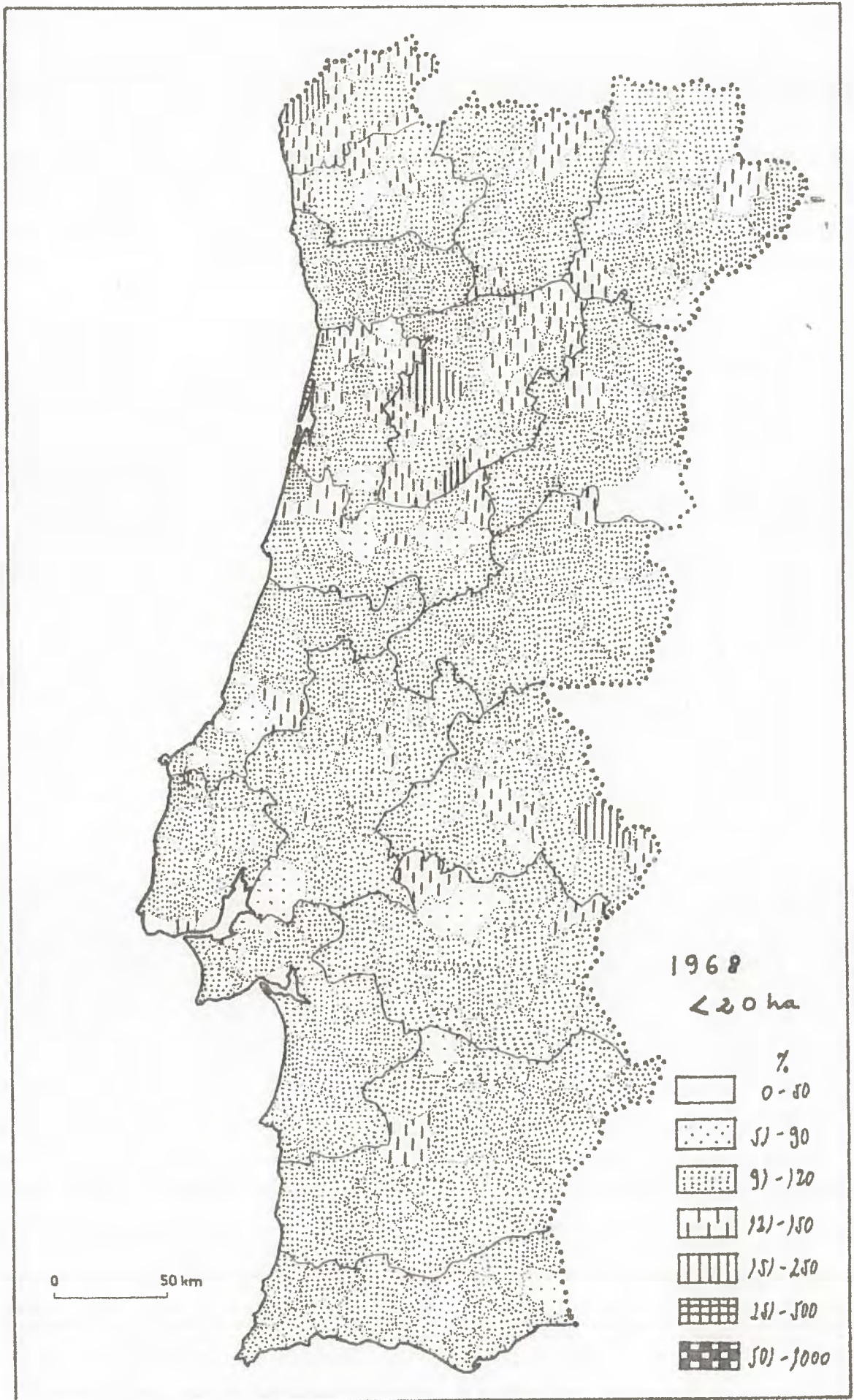


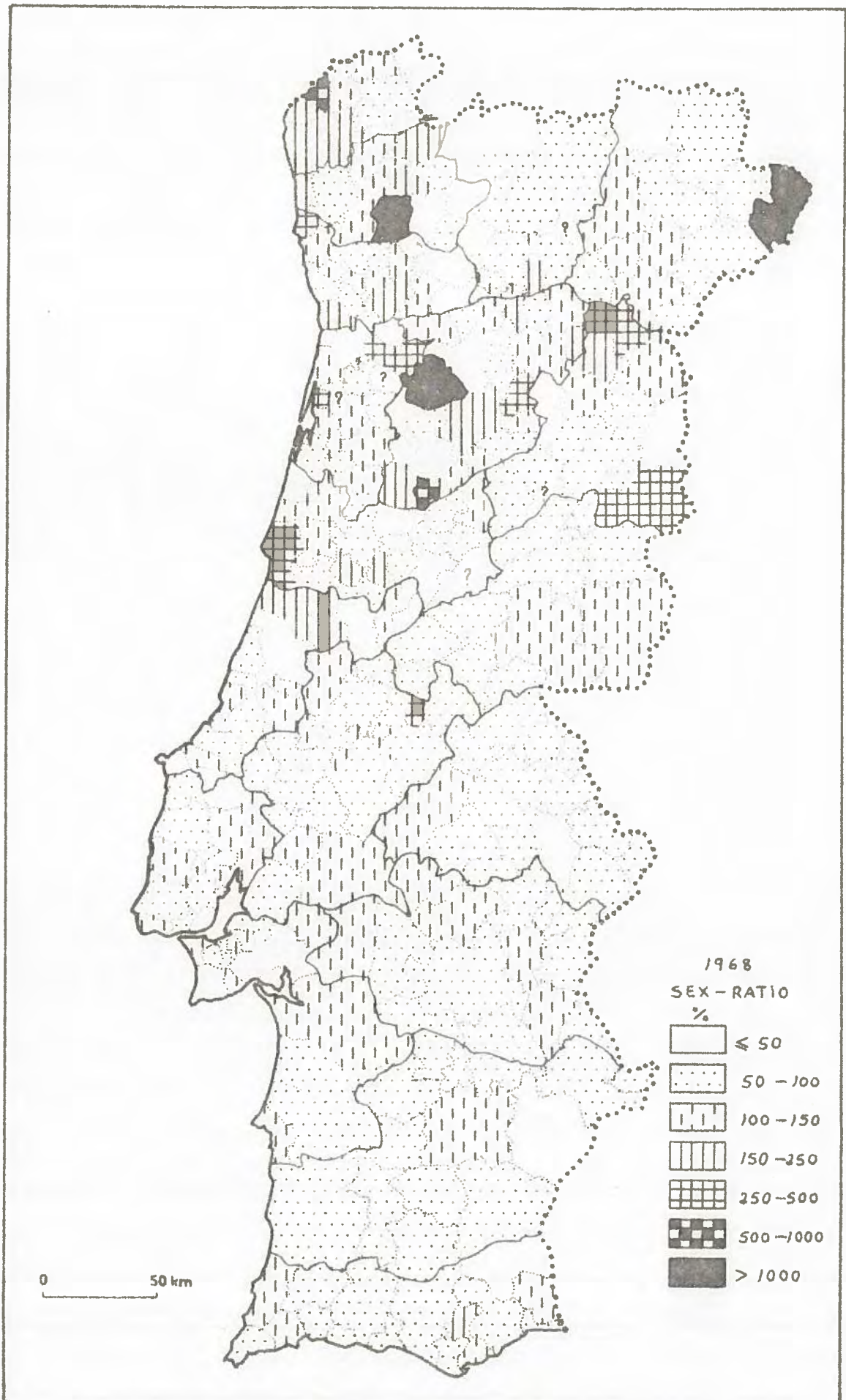
FIG. 11

PESSOAS DO AGREGADO DOMÉSTICO : $\frac{\text{MULHERES}}{\text{HOMENS}} \times 100$
DO PRODUTOR

méstico do produtor mas residentes nas explorações de 20 e mais hectares e de menos de 20 ha (figs. 12 e 13)⁽¹⁾ salienta alguns desequilíbrios, a favor do sexo fraco, por vezes muito acentuados. Estes situam-se, num e noutro caso, quase sō no Norte e Centro do país, mais tocados pela emigração. Tais desequilíbrios são confirmados pela frequênciã com que ocorriã nas regiões explorações agrícolas dirigidas por mulheres. Nas explorações de 20 e mais hectares (fig. 14)⁽²⁾ valores superiores a 10 p. 100 registavam-se quase sō no Norte e Centro do país, em alguns concelhos estremenhos de vinha, como Cartaxo, e nos de explorações menores, relativamente à mēdia regional, do norte do distrito de Beja (Alvito, Cuba e Vidigueira). Nas explorações inferiores a 20 ha (fig. 15), os valores superiores a 10 p.100 cobriã todo o Norte e Centro e em vastas áreas ultrapassãvã 20 p. 100 e mesmo 30 p. 100 (larga extensão do Minho e região litoral entre Marinha Grande e Porto).

(1) Elaboradas por Maria Catarina Melo Ramos.

(2) Elaborada por Maria Genoveva Cruz.



PESSOAS NÃO PERTENCENTES AO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR, RESIDENTES NA EXPLORAÇÃO (EXPL. ≥ 20ha)

FIG.12

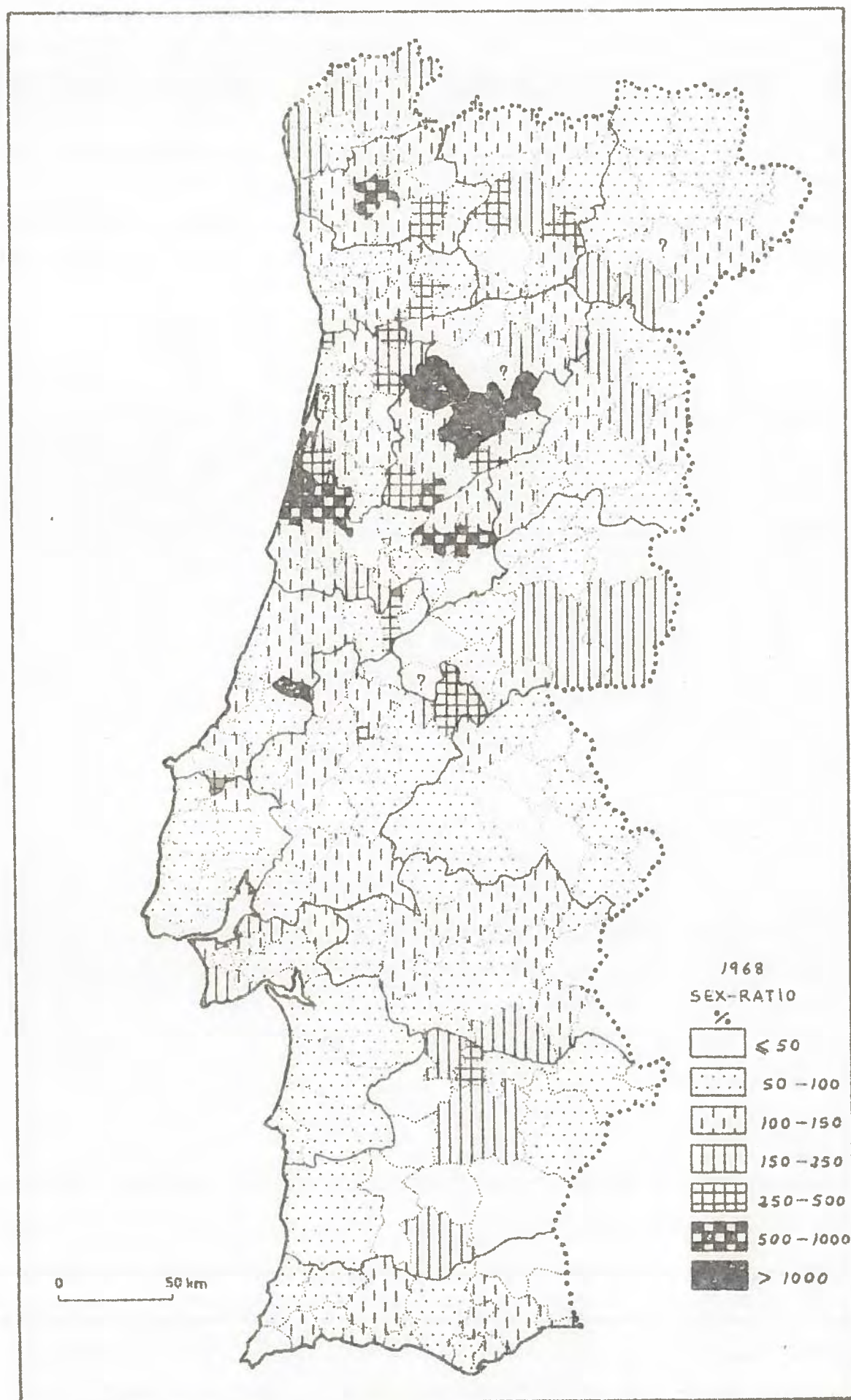
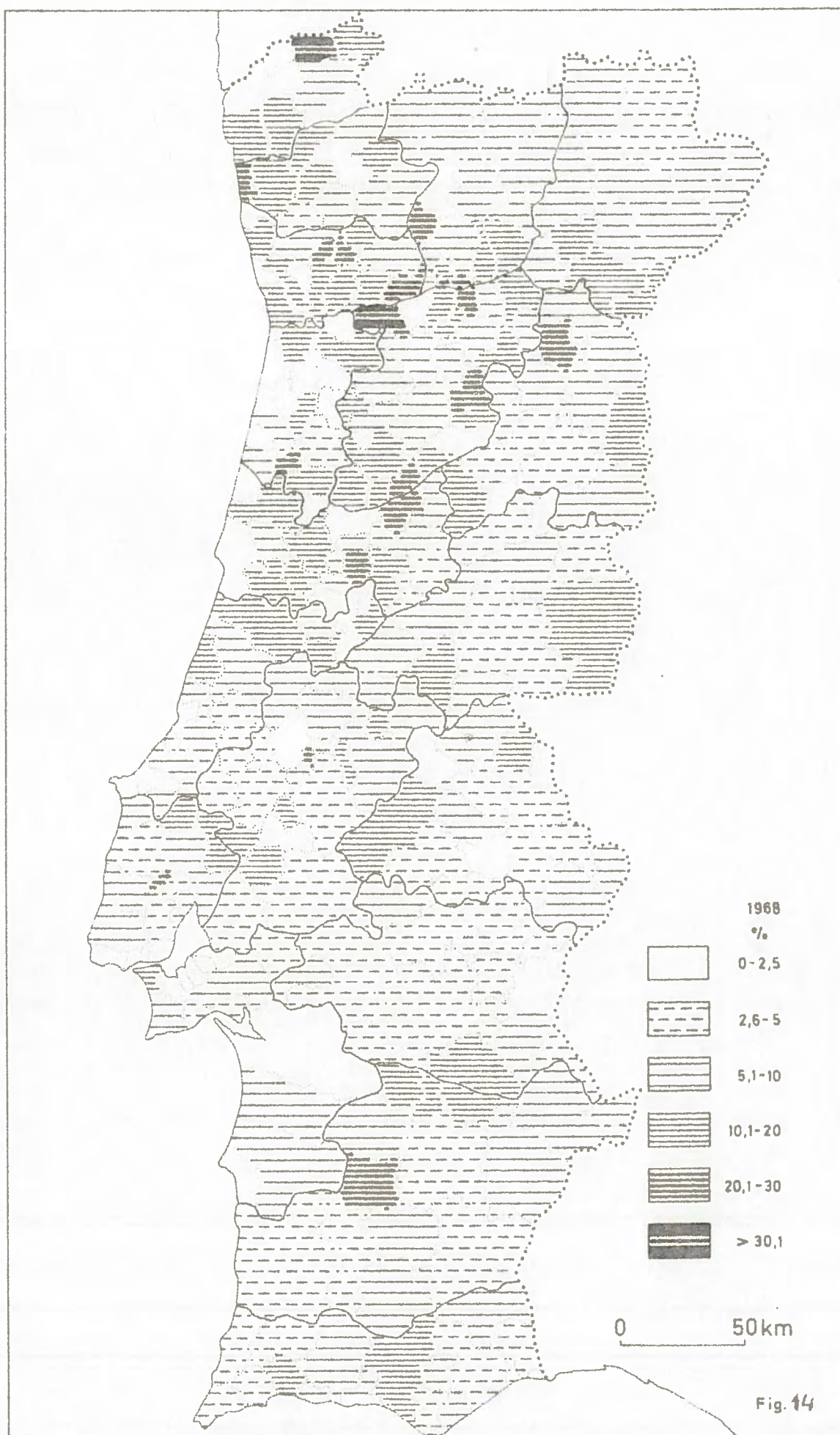


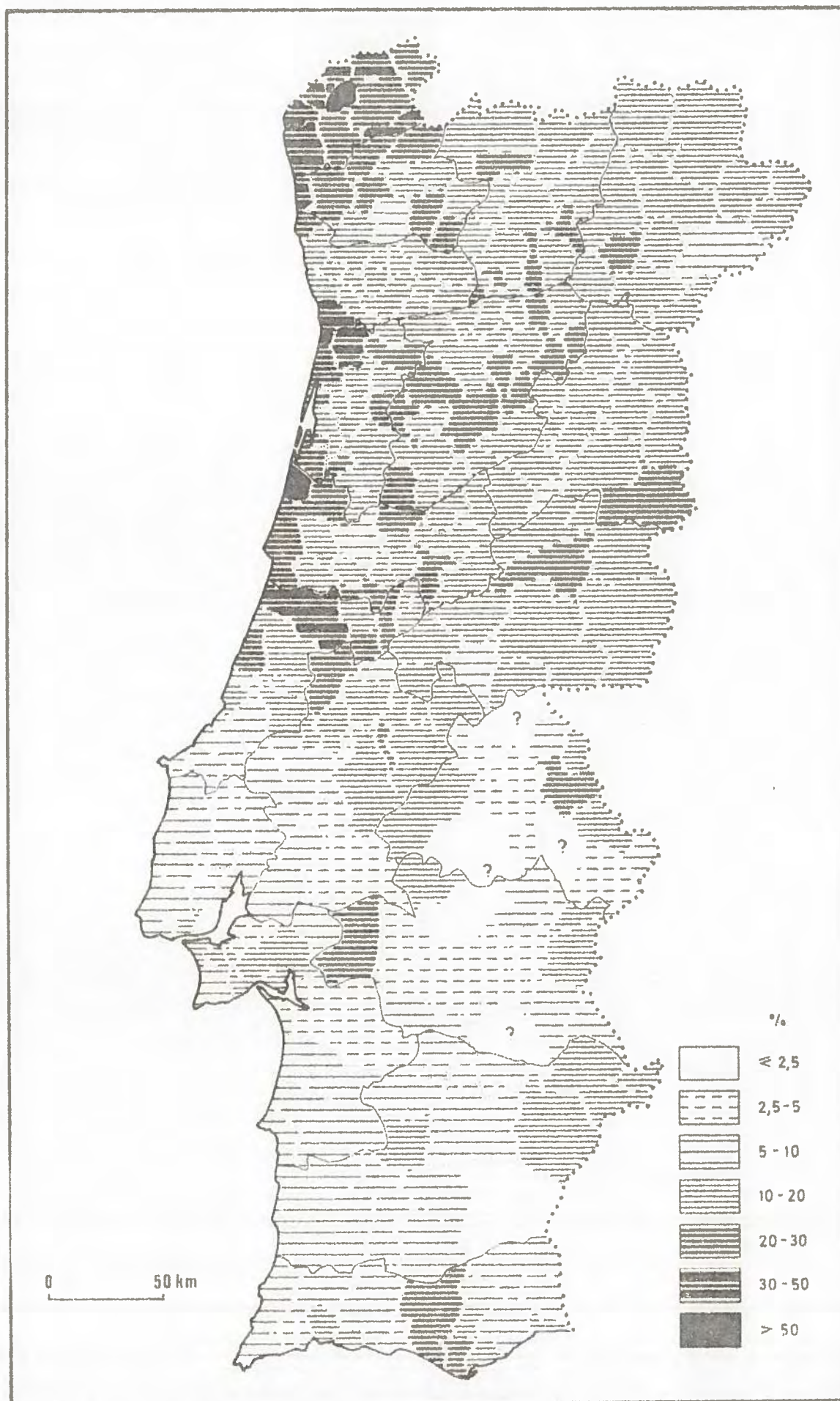
FIG. 13

PESSOAS NÃO PERTENCENTES AO AGREGADO DOMÉSTICO
DO PRODUTOR, RESIDENTES NA EXPLORAÇÃO (EXP. < 20ha)



des Pêres
e Fanes

Explorações dirigidas por mulheres, em % do número de explorações de 20 e mais hectares.



des L Mendes

FIG. 15 - Explorações dirigidas por mulheres, em % do número de explorações inferiores a 20 hectares.

6. Remate

A partir dos meados do século a população activa agrícola portuguesa foi perdendo importância relativa, mais aceleradamente nos anos 60. Ao mesmo tempo sofreu apreciável redução numérica, tendo em 20 anos registado a perda de quase metade dos seus efectivos. Estas perdas abrangeram os activos dos dois sexos, mas foram mais significativas entre os elementos masculinos, como resultado das suas oportunidades de emprego, no país e no estrangeiro. Daqui resultou uma maior "feminização" da agricultura, que mobilizou, quando da partida dos elementos masculinos, a reserva de força de trabalho feminina que foi mantendo ao longo dos tempos, tanto no quadro das explorações familiares como no das patronais e tanto no Norte como no Sul. Os graus de "feminização" são mais elevados onde faltam outros empregos femininos e nas regiões mais marcadas pelo êxodo agrícola mas não rural dos elementos masculinos e pela emigração masculina: então as mulheres assumiram inclusivamente a direcção das suas explorações.

R E S U M O

Nos países em vias de desenvolvimento, a expansão do emprego secundário e terciário conduz a acentuada redução dos activos da agricultura e a alterações na sua composição etária e por sexos: envelhecimento e feminização. Estas tendências são ainda mais vincadas se ao êxodo agrícola desencadeado pela atracção de empregos não agrícolas regulares e melhor remunerados do respectivo espaço nacional se adicionarem correntes com destino ao estrangeiro, como ocorreu nos anos 50 e 60 em muitos países mediterrâneos. A projecção espacial da evolução do emprego do sector agrícola depende das assimetrias regionais, fundiárias e do desenvolvimento global. Em Portugal ocorreram fenómenos semelhantes. A partir dos meados do século XX a sua população activa agrícola foi perdendo importância relativa, mais acentadamente nos anos 60; ao mesmo tempo, sofreu apreciável redução numérica, tendo em 20 anos (1950-1970) registado a perda de quase metade dos seus efectivos. Estas perdas abrangeram os activos dos dois sexos, mas foram mais significativas entre os elementos masculinos, como consequência das suas oportunidades de emprego, no país e no estrangeiro. Daqui resultou uma maior "feminização" da agricultura, que mobilizou, quando da partida dos elementos masculinos, a reserva de força de trabalho feminina que foi mantendo ao longo dos tempos, tanto no quadro das explorações familiares como no das patronais e tanto no Norte como no Sul. Os graus de "feminização" são mais elevados onde faltam outros empregos femininos e nas regiões mais marcadas pelo êxodo agrícola mas não rural dos elementos masculinos e pela emigração masculina: então as mulheres assumiram inclusivamente a direcção das suas explorações.

ÍNDICE DOS QUADROS

	Página
I - Variações distritais intercensitárias (%) da população activa agrícola e da população activa agrícola feminina	4
II - Mulheres activas na agricultura, em % da população activa agrícola (1950, 1960 e 1970)	7
III - Mulheres activas na agricultura, em % da população activa feminina (1950, 1960 e 1970)	8

ÍNDICE DAS FIGURAS

	Páginas
1. Variação (%) da população activa agrícola feminina, de 1950 a 1960, por concelhos	10
2. Aumentos (%) da população activa agrícola feminina, de 1960 a 1970, por concelhos	12
3. Diminuição (%) da população activa agrícola feminina, de 1960 a 1970, por concelhos	13
4. População activa agrícola, em 1950: Mulheres x 100 / Homens .	15
5. Idem, em 1960	16
6. Idem, em 1970	18
7. População activa agrícola feminina x 100 / População activa feminina, em 1950	19
8. Idem, em 1960	21
9. Idem, em 1970	22
10. Pessoas do agregado doméstico do produtor, em 1968, nas explorações de 20 e mais hectares: mulheres x 100 / homens	23
11. Pessoas do agregado doméstico do produtor, em 1968, nas explorações de menos de 20 hectares: mulheres x 100 / homens	24
12. Pessoas não pertencentes ao agregado doméstico do produtor, em 1968, residentes nas explorações de 20 e mais hectares: mulheres x 100 / homens	26
13. Pessoas não pertencentes ao agregado doméstico do produtor, em 1968, residentes nas explorações de menos de 20 hectares: mulheres x 100 / homens	27
14. Explorações dirigidas por mulheres, em % do número de explorações inferiores a 20 hectares, em 1968	28
15. Explorações dirigidas por mulheres, em % do número de explorações de 20 e mais hectares, em 1968	29

INDICE DAS MATÉRIAS

	Páginas
1. Evolução recente da população activa agrícola global	1
2. Evolução recente da população activa agrícola, por distritos	3
3. Evolução da população activa feminina, por concelhos	9
4. A "feminização" da agricultura, por concelhos	16
5. A "feminização" das explorações agrícolas, em 1968	20
6. Remate	30
Resumo	31
Índice dos quadros	32
Índice das figuras	33